

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Danielle de Paula Andrade

MULHER, DESIGUALDADE DE GÊNERO E TRABALHO

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Prof. Dra. Natália Morais Gaspar.

Juiz de Fora
2016

MULHER, DESIGUALDADE DE GÊNERO E TRABALHO

WOMEN, GENDER INEQUALITY AND WORK

Danielle de Paula Andrade¹

RESUMO: O objetivo deste trabalho é sistematizar informações e análises que permitem refletir sobre as persistentes desigualdades e a situação das mulheres na sociedade brasileira. Procura-se problematizar as políticas públicas para promoção da igualdade de gênero, tomando como exemplo o caso das empregadas domésticas. São abordadas ainda questões relativas às desigualdades na divisão do trabalho doméstico, mesmo em situações em que as mulheres trabalham fora e contribuem com a renda familiar. Pretende contribuir para pensar a inserção da mulher no mercado de trabalho, considerando-se também como as diferenças de renda, de idade e de escolaridade constituem maiores ou menores empecilhos à sua manutenção neste mercado e a possibilidades de ascensão profissional.

Primeiramente, passa-se em revista a bibliografia sobre desigualdades entre homens e mulheres, considerando as contribuições aportadas pelo movimento feminista, pelo movimento negro e pela utilização do conceito de gênero, por meio da análise da socióloga Mary Garcia. Em seguida, busca-se traçar um panorama das desigualdades entre homens e mulheres no Brasil contemporâneo, com base em uma pesquisa do tipo *survey* coordenada pelas pesquisadoras Clara Araújo e Céli Scalón. Procura-se pensar, também, sobre as desigualdades de raça, uma vez que a situação das mulheres negras no mercado de trabalho é ainda mais precária do que a das mulheres brancas. As reflexões neste sentido são enriquecidas por dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apresentados nas publicações sobre desigualdades de gênero e raça no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Mulher; Trabalho; Raça; Desigualdade

ABSTRACT:

The objective of this work is to systematize informations and analysis that allow to reflect on the persistent inequalities and the situation of women in Brazilian society. It aims to discuss public policies to promote gender equality, taking as an example the case of domestic workers. It is still addressed issues related to inequalities in the division of housework, even in situations where women work out and contribute to the family income. It aims to reflect about the inclusion of women in the job market, considering also how differences in income, age and education can be major or minor obstacles to her maintenance in this market and career advancement opportunities. Initially, this work reviews the literature on inequality between men and women, considering the contributions made by the feminist movement, the black movement and the use of the concept of gender, by the sociologist Mary Garcia analysis. Then it seeks to draw a picture of inequalities between men and women in contemporary Brazil, based on a survey research coordinated by researchers Clara Araújo and Céli Scalón. It also aims to think about the race inequalities, once the situation of black women in the labor market is even more precarious than white women's. The reflections in this sense are enriched by data from the Institute of Applied Economic Research (IPEA), presented in publications on gender and racial inequalities in Brazil.

KEYWORDS: Gender; Woman; Work; Race; Inequality

¹Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: Dani_vrb@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Prof. Dra. Natália Morais Gaspar.

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em uma reflexão a respeito das desigualdades entre mulheres e homens no Brasil contemporâneo, principalmente no que se refere às suas relações no mercado de trabalho. Esta reflexão se baseia em uma revisão bibliográfica da literatura e de dados estatísticos provenientes tanto de fontes governamentais quanto de instituições acadêmicas.

Primeiramente, passa-se em revista a bibliografia sobre desigualdades entre homens e mulheres, considerando as contribuições aportadas pelo movimento feminista, pelo movimento negro e pela utilização do conceito de gênero, por meio da análise da socióloga Mary Garcia.

Em seguida, busca-se traçar um panorama das desigualdades entre homens e mulheres no Brasil contemporâneo, com base em uma pesquisa do tipo *survey* coordenada pelas pesquisadoras Clara Araújo e Céli Scalon.

As questões levantadas pela literatura conduzem a pensar também sobre as desigualdades de raça, uma vez que a situação das mulheres negras no mercado de trabalho é ainda mais precária do que a das mulheres brancas. As reflexões neste sentido são enriquecidas por dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apresentados nas publicações sobre desigualdades de gênero e raça no Brasil.

Desse modo, o presente trabalho pretende contribuir para pensar a inserção da mulher no mercado de trabalho, considerando-se também como as diferenças de renda, de idade e de escolaridade constituem maiores ou menores empecilhos à sua manutenção neste mercado e a possibilidades de ascensão profissional. Para tanto, será feita uma comparação entre ocupações profissionais de alta remuneração e de baixa remuneração quanto à manutenção do emprego e à evolução da renda, tomando por base dados do IPEA.

Desse modo, o objetivo deste trabalho é sistematizar informações e análises que permitem refletir sobre as persistentes desigualdades e a situação das mulheres na sociedade brasileira. Procura-se problematizar as políticas públicas para promoção da igualdade de gênero, tomando como exemplo o caso das empregadas domésticas, para pensar os efeitos dessas políticas sobre um segmento dos mais precários e desvalorizados entre as trabalhadoras do sexo feminino. São abordadas ainda questões relativas às desigualdades na divisão do trabalho doméstico, mesmo em situações em que as mulheres trabalham fora e contribuem com a renda familiar.

São diversas as desigualdades existentes na sociedade. Uma das mais evidentes refere-se às relações de gênero, especialmente as desigualdades entre homens e mulheres. A partir daí, constituem-se representações sociais sobre a participação da mulher dentro de espaços variados, no mercado de trabalho e na sociedade. A relação de gênero e trabalho, a importância de reconhecer e valorizar o trabalho das mulheres, é a condição fundamental para a consolidação da democracia no nosso país. No entanto sofrem, e são vítimas de preconceito, e de desigualdade de gênero.

Assim, a relevância deste tema é patente, pois convivemos com essa desigualdade. Em todos os lugares que vamos nos deparamos com a desigualdade de gênero, principalmente a desigualdade no mercado de trabalho, onde mulheres não possuem os mesmos direitos que os homens. Mesmo tendo a mesma formação, elas ainda recebem menos, possuem poucos privilégios, e ainda convivem com o preconceito dentro do seu local de trabalho, preconceito de várias formas, por ser mulher, por ser negra, pelo dever de dedicar-se a tarefas domésticas.

GÊNERO E DESIGUALDADES ENTRE HOMENS E MULHERES

Com base no texto “O conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho: notas sobre impasses teóricos”, Mary Garcia aborda o impacto do conceito de gênero, utilizado a partir dos anos 70, sobre as análises a respeito da mulher e do trabalho. Assim, a autora explora o conceito de gênero e as diferenciações e desigualdades entre homens e mulheres. Em sua análise, considera também as contribuições de pensadoras feministas e do movimento feminista - a principal luta das feministas é contra as desigualdades de gênero.

Para a autora, o que interessa é discutir a relação de gênero, mas com o enfoque no trabalho da mulher. Os estudos iniciais feministas, na década de 70, chamaram a atenção para a valorização do trabalho doméstico, além das desigualdades no mercado de trabalho.

Para entender o paradigma da divisão sexual do trabalho, e voltando seu olhar para a classe operária, observa-se a existência de dois sexos - o feminino e o masculino- e como ambos vivenciam a divisão do trabalho. Segundo a autora, o trabalho repetitivo – que requer presteza manual – e o trabalho exercido no âmbito da casa eram tidos como trabalhos da mulher. Já os trabalhos melhor remunerados e que exigem mais qualificação são majoritariamente exercidos pelos homens. Assim, a mulher não é naturalmente desprovida ou excluída de qualificação, mas sim socializada no âmbito da família.

Kergoat, citada por Castro, faz uma breve análise sobre a luta por autonomia das mulheres, que seria uma “dupla luta”, ou seja, uma luta de classe e uma luta de sexos. Pois a família era representada pelo “mundo feminino” e o sindicato como o “mundo masculino”. Ou seja, a mulher deveria ir à busca da sua autonomia, pois a divisão dos poderes não precisava necessariamente seguir o sentido de hierarquia e subordinação.

Castro analisa, através de um estudo empírico, a taxa média do crescimento anual dos empregados no setor formal, no período de 1980 a 1984. Constata que essa taxa foi de 1,9 para os homens e 4,9 para as mulheres. Dessa forma, houve um crescimento do número de mulheres no mercado de trabalho formal, sendo que o número de mulheres na indústria triplicou. Entre os fatores utilizados para explicar o aumento da presença das mulheres em indústria dinâmicas, inclusive em períodos de desaquecimento da economia, destacam-se: escassez de mão de obra masculina barata; a mulher é classificada pelo empresariado como mais “dócil”; as mulheres eram contratadas para os mesmos serviços que os homens, mas recebiam salários mais baixos; há também fatores considerados coadjuvantes, como a diminuição da taxa de fecundidade e a pauperização das famílias trabalhadoras.

O objetivo dos estudos sobre a participação da mulher na divisão do trabalho, tanto doméstico quanto remunerado, era de retirar a mulher da invisibilidade e desvendar desigualdades, principalmente as desigualdades salariais, e reivindicando a igualdade de tratamento.

TRABALHO E DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Clara Araújo e Celi Scalon são as organizadoras do livro *Gênero, família e trabalho no Brasil*, fruto de uma pesquisa de atitude e opinião sobre aspectos das relações de gênero no âmbito da família, especialmente percepções sobre a inserção da mulher na força de trabalho, a divisão do trabalho doméstico, o papel da maternidade e do casamento e a relação entre satisfação individual e vida familiar. A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e integra o *Internacional Social Survey Programme* (ISSP), que conta com 38 países-membros.

O *survey* consistiu em um questionário-padrão, aplicado em todos estes países, acrescido de questões que contemplam a realidade brasileira. Assim, por ter sido a primeira pesquisa em âmbito nacional que ouviu homens e mulheres sobre a conciliação entre vida familiar e trabalho, o estudo está relacionado a outros estudos sociológicos sobre o processo de individuação que marca a sociedade contemporânea, a partir das mudanças ocorridas no século XX, na situação das mulheres e da família.

Com relação às mulheres, destacam-se a conquista de direitos legais; a inserção das mulheres no espaço público, notadamente no mundo do trabalho; alterações na vida privada, como maior autonomia em escolhas afetivas; e o enfraquecimento da hierarquia de gênero nas relações conjugais.

As relações de gênero e as relações entre gerações têm estado social e analiticamente conectadas. Ao longo da história, um padrão tem sido identificado como característico destas relações: a existência de relações de gênero marcadas pela hierarquia entre os sujeitos, com os homens na posição dominante; e a divisão sexual do trabalho, ficando as mulheres responsáveis pela reprodução e pelas tarefas domésticas, que são menos valorizadas socialmente.

No início do século XXI, verificam-se a diversidade de formações familiares, a plasticidade das escolhas afetivas e o enfraquecimento da hierarquia nas relações entre gerações e entre gêneros. Entretanto, permanece, de forma um pouco modificada, a clássica divisão sexual do trabalho e persistem representações sociais dicotômicas sobre lugares de homens e mulheres, estas como ainda responsáveis pelos encargos familiares.

Os resultados desta pesquisa contribuem para identificar características desta dinâmica no Brasil, e posteriormente compará-las a outros países. As análises demonstram que a participação das mulheres no mundo do trabalho e na esfera pública tem crescido significativa e ininterruptamente. No entanto, isto não se traduziu necessariamente em práticas mais igualitárias.

No primeiro capítulo do livro de Clara Araújo e Celi Scalon, são analisadas as características mais gerais do *survey*. O capítulo está dividido em cinco partes: a primeira parte faz uma apresentação das características socioeconômicas e demográficas das famílias dos entrevistados; a segunda parte trata da percepção dos papéis sexuais, conciliação entre o trabalho e as tarefas domésticas; a terceira parte trata das "práticas" dos entrevistados, ou seja, o número de horas dedicado às tarefas domésticas e aos cuidados com os filhos; a quarta parte faz uma análise estatística das relações entre percepções de gênero, valores morais e práticas; na quinta e última parte deste capítulo, é abordada a percepção dos indivíduos sobre trabalho, família e satisfação pessoal.

O ingresso das mulheres no mercado de trabalho vem alterando os padrões de domesticidade e as práticas tradicionais do trabalho. Essas mudanças de trabalho são aspectos vinculados à organização da vida social. Segundo Araújo, as famílias brasileiras estão diminuindo, ou seja, os casais estão cada vez mais optando por terem menos filhos. Isso ocorreu a partir da década de 1970, levando a alterações nos arranjos familiares. Quando as mulheres conseguem uma ascensão profissional, elas preferem estudar e trabalhar para depois se casarem. Assim, Araújo mostra, a partir da análise dos dados mais gerais da pesquisa, que o perfil das famílias é, em média, de 4,1 pessoas, sendo que 7,5 % das entrevistadas informaram ter empregadas domésticas - os domicílios com casais e filhos são os que têm um maior número de empregadas domésticas.

Em geral, as mulheres que trabalham têm uma percepção mais crítica das práticas tradicionais e apresentam opiniões mais favoráveis à igualdade de gênero. A autora, ao longo do capítulo, mostra-nos como as mulheres ainda precisam conciliar a vida profissional e a vida familiar, pois a maior parte das tarefas domésticas ainda cabe a elas, mesmo que trabalhem fora.

"A divisão sexual do trabalho doméstico ainda continua sendo amplamente dominada pelo padrão tradicional", ou seja, o trabalho remunerado ou produtivo é visto como masculino, e o trabalho reprodutivo ou doméstico é visto como feminino.

Sociólogos, demógrafos e economistas concordam que, nas duas últimas décadas do século XX, houve grande transformação nas identidades e práticas de gênero no Brasil.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas Regiões Metropolitanas brasileiras, as famílias passam a contar, cada vez mais, com ambos os cônjuges como provedores.

A partir de dados da pesquisa de *survey* na qual se baseia o livro *Gênero, Família e Trabalho no Brasil*, procurou-se identificar tendências na percepção das desigualdades relativas à divisão sexual do trabalho, em 10 questões selecionadas.

Destaca-se que nem todas as desigualdades de gênero são percebidas pelos entrevistados como injustas. A percepção de que aos homens e às mulheres correspondem esferas de ação distintas ainda desfruta de ampla legitimidade – como revelam as respostas à questão "o trabalho do homem é ganhar dinheiro e o trabalho da mulher é cuidar da casa e da família". O envolvimento masculino com o cuidado com as crianças aparece como mais desejável do que com outras tarefas domésticas.

No entanto, o aporte financeiro das mulheres à renda familiar é bastante valorizado. De acordo com a pesquisa, um percentual expressivo de homens (92,4), e de mulheres (93,6), considera que ambos, homens e mulheres, devem contribuir para a renda familiar.

Quanto à participação da mulher no mercado de trabalho, o nível de educação e a geração influenciam positivamente a igualdade de gênero, pois os entrevistados mais jovens e com maior escolaridade percebem que, com a participação da mulher no mercado de trabalho, ela se torna mais independente no âmbito familiar.

A autora do segundo capítulo, Bila Sorj, opta por analisar mais detidamente a questão que divide as percepções das mulheres – sobre desigualdades que nem sempre são percebidas como injustas. Dessa forma, prioriza a análise das percepções sobre a frase. "O trabalho do homem é ganhar dinheiro, o trabalho da mulher é cuidar da casa e da família". Segundo esta análise, os homens que trabalham concordam com a frase em 47,2% dos casos, enquanto os que não trabalham concordam em 60,3% dos casos.

O nível de escolaridade influencia fortemente uma perspectiva mais igualitária dos papéis de gênero. Assim, os homens sem instrução concordam mais com essa frase, com (81%), enquanto que apenas 20,9% dos homens com Ensino Superior concordam com a frase. Entre as mulheres, o percentual também varia entre aquelas sem instrução (68,6%), e com Ensino Superior (27%). Chega-se à conclusão de que o nível elevado de instrução está relacionado diretamente a uma percepção mais igualitária de gênero.

Apesar de enfrentarem muitas dificuldades, as mulheres têm mostrado um grande interesse de estar profissionalmente no mercado de trabalho, buscando se capacitarem para conquistar a igualdade seja por necessidade ou mesmo por ter sua independência financeira.

As mulheres conquistaram importantes espaços no campo político, como, no caso no Brasil, o exemplo paradigmático é a Presidenta Dilma Rousseff, que está em terceiro lugar na lista das mulheres mais poderosas do mundo, divulgando anualmente pela revista *Forbes*.

É notório observar que, em camadas populares da sociedade, grande parte das famílias é chefiada por mulheres, que têm um número maior de filhos, segundo o artigo “Agora é que são elas”.

Em muitas famílias de camadas médias, onde ambos contribuem economicamente para o lar, o homem continua a ser considerado o trabalhador “ideal” para as empresas, sem limitações pessoais para atividades realizadas em diferentes escalas e horários. Já as mulheres buscam oportunidades compatíveis com suas responsabilidades familiares: emprego em tempo parcial, em que podem controlar seu horário e distribuí-lo entre uma atividade remunerada e o serviço doméstico, pouco valorizado socialmente. Assim, sua renda tende a ser menor. (GVEXECUTIVO • V 12 • N 1 • JAN/JUN 2013).

O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO E A SITUAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS

Mary Castro, ao analisar as desigualdades de gênero e a relação com o trabalho, destaca também que as mulheres negras, no início da década de 80, criticaram o feminismo “convencional”, ou seja, questionaram a potencialidade de parâmetros feministas (como a universalidade da divisão sexual do trabalho, da dupla jornada de trabalho, da reclusão ao privado). Para elas, o público e o privado teriam outros significados.

Enquanto as 'patroas' viviam praticamente reclusas, significando o público, o lugar do perigo, do pecado, e a casa, o lugar de proteção, do controle e do exercício da autoridade, já para algumas 'servas', a rua era tanto lugar de trabalho quanto de liberdade, de exercício do lúdico e do erótico, ou seja, espaço de vida privada, longe dos padrões, e a casa, lugar de trabalho, não necessariamente de proteção, mas disciplinarização e punição (CASTRO, 1992. p, 95).

No livro *Casa Grande e Senzala*, de 1933, do autor brasileiro Gilberto Freyre, figura a participação da mulher “escrava” na organização da casa grande. Essa esfera do Brasil colônia tinha por base o patriarcalismo, onde o homem mantinha o poder na casa. De acordo com Gilberto Freyre, as escravas mais bonitas eram escolhidas pelo “sinhô” para serem concubinas e domésticas. Ou seja, a origem do trabalho doméstico se remete ao período da escravidão no Brasil.

A reflexão a respeito da literatura sobre desigualdades de gênero conduz também a pensar os papéis ainda mais subalternos desempenhados pelas mulheres negras na divisão do trabalho. Dessa forma, cabe pensar também sobre as empregadas domésticas, ocupação majoritariamente desempenhada por mulheres negras. Grande parte das empregadas são de origem humilde de camadas sociais desfavorecidas. É muito comum acontecer até hoje no Brasil uma espécie de troca, a força do trabalho em troca de dinheiro, casa, comida, água, luz, entre a possibilidade de estudar à noite, principalmente entre jovens que precisam pagar o seu estudo.

Mas está havendo uma diminuição da mão-de-obra, e uma dificuldade para contratar empregadas e faxineiras, pois os empregados querem melhores condições de trabalho com maior remuneração, e a relação de trabalho com o patrão e a empregada mudou muito. Antes elas trabalhavam mais de 10 horas por dia, e todos os dias na semana, na casa de uma pessoa, e recebia um salário mínimo e ainda, desistia da folga do final de semana se o empregador pedisse, pois acabava tendo um laço com a família, pois conviviam muitas horas juntos.

De acordo com Melo (1993), a luta para garantir os direitos das empregadas domésticas é difícil por vários fatores, dentre eles o medo de perder o emprego, caso reclamem seus direitos, e o fato de trabalharem isoladamente no espaço doméstico possibilitar maior influência das patroas e dificultar a

participação em movimentos propostos pela categoria Bruschini (1994) revela um dado importante: as empregadas nomeadas como mensalistas ou diaristas externas, aquelas que não residem no local de trabalho, são as que menos têm contrato formal de trabalho (Marínea Maria Fediuk 2005, p: 2).

Recentemente, houve conquistas da classe das empregadas domésticas, tanto a partir do movimento negro quanto das mobilizações por questões trabalhistas. Assim, foram obtidas mudanças nas leis trabalhistas – as principais foram a inclusão de jornada de trabalho máxima de oito horas diárias e 44 horas semanais, o pagamento por hora-extra e o seguro-desemprego na lista de direitos.

Como insumo para este debate, analiso a revista *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*, que está na sua quarta edição. Trata-se de uma publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do governo federal, que tem a participação das seguintes instituições: ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). A partir da década de 1990, o IPEA assume um papel relevante na produção de informações e reflexões sobre a desigualdade de gênero e raça no país. A publicação da revista fornece dados estatísticos relativos ao período de 1995 a 2009.

Assim, cabe tratar da desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro, sempre levando em consideração a situação das empregadas domésticas – emblemática das desigualdades persistentes na sociedade brasileira, apesar das mudanças promovidas pelo modelo de crescimento econômico com inclusão social implementado na última década. Procura-se problematizar as políticas públicas para promoção da igualdade de gênero e seus efeitos sobre um segmento dos mais precários e desvalorizados entre as trabalhadoras do sexo feminino – o das empregadas domésticas.

Através de um estudo feito no site ONU Mulheres, afirma-se que o Brasil é hoje o país com a quinta maior população do mundo e a sétima maior economia do mundo. No entanto, a desigualdade de gênero no país permanece muito grande, segundo o relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, ocupando a 85ª posição em desenvolvimento Humano e desigualdade de gênero.

Segundo o site da ONU, o Brasil alcançou importantes conquistas em relação à igualdade de gênero. Como exemplos deste avanço, em 2003, foram criadas a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Os dados mais recentes analisados nesta revista se referem ao ano de 2009 e é estabelecida comparação com dados coletados desde 1995. Segundo a revista *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça* (2011), a inserção no mercado de trabalho segue um fator central para a construção de identidade, para obter recursos que permitem suprir as necessidades básicas, principalmente para as mulheres, pois assim terão uma vida autônoma e plena.

Para tanto, são levadas em conta as taxas de participação e de desocupação. A taxa de participação nos permite conhecer a quantidade de pessoas no mercado de trabalho. Em 2009, a taxa de participação das mulheres com mais de 16 anos era de 58,9%, enquanto dos homens era de 81,6. Já a taxa de desocupação tem por finalidade medir a proporção do número de pessoas desempregadas, mas que estão em busca de emprego. A taxa de desocupação dos homens passou de cerca de 5%, em 1995, para aproximadamente 6%, em 2009, o resultado variou de cerca de 7% a 11% para as mulheres.

É possível verificar que, no setor de serviços, tanto os homens quanto as mulheres apresentaram um aumento expressivo no período analisado, na taxa de desocupação. Cerca de 34% das mulheres, principalmente as negras, se concentram mais nos serviços sociais. Avaliando os dados fornecidos, pode-se considerar que as mulheres negras, ao longo das duas décadas, tiveram um aumento de participação marcado, mas que as desigualdades persistem.

Os números apontam para um quadro paradoxal de mudanças e permanências no perfil do trabalho doméstico no Brasil. De um lado, tem-se a diminuição do número de trabalhadoras domésticas em idade escolar e diminuição do percentual de trabalhadoras domésticas residindo no seu local de trabalho. De outro, a permanência das desigualdades entre homens e mulheres na inserção no mercado do trabalho doméstico e também das desigualdades raciais entre as trabalhadoras domésticas, associadas à manutenção do quadro de precariedade e de desproteção do trabalho doméstico. (IPEA/ONU MULHERES/ SEPPIR 2011: p.29)

Em 2009, ainda segundo publicação do IPEA, o número de mulheres que se dedica ao trabalho doméstico remunerado é de 17,1%, e permanece expressivamente superior ao total de homens, que é 1,0% no mesmo ano. As desigualdades raciais também se mantiveram inalteradas: em 2009, 12,6% das mulheres brancas ocupadas eram trabalhadoras domésticas, enquanto 21,8% eram de mulheres negras desempenhando a mesma função. As diferenças regionais também merecem destaque: os percentuais de trabalhadoras

domésticas negras na população ocupada são relativamente mais altas nas regiões Sudeste (25,1%), Sul (24,5%) e Centro-Oeste (23,7%), do que nas regiões Norte (18,5%) e Nordeste (18,4%), (IPEA/ONU MULHERES/ SEPIIR 2011: p.29.). Segundo os dados de 2009: do total de mulheres ocupadas em trabalho doméstico neste ano, 2,5% tinham entre 10 e 15 anos, e 2,6%, entre 16 e 17. Em 1995, eram 8,6% e 7,6%, respectivamente. A proporção de trabalhadoras domésticas sem renda própria no Brasil: 0,5% em 2009. O que este indicador nos sugere é que mais de 30 mil mulheres em todo o país têm trabalhado, nos dias de hoje, em condições precárias e sem o reconhecimento de seus direitos trabalhistas.

Os dados que fornecem o número de trabalhadoras domésticas que residem no domicílio aonde trabalham, em 1995, era de 12%, em 2009, era de 2,7%, então houve uma diminuição significativa, que mostra que as empregadas domésticas estão morando cada vez menos em seu local de trabalho. A relação das trabalhadoras domésticas que trabalham de carteira assinada se manteve inalterada com relação aos dados de 2007, registrando o percentual total de 26,4% em 2009. Vale ressaltar a expressiva diferença, no rendimento médio mensal de 2009, entre as trabalhadoras domésticas com e sem carteira assinada: aquelas que possuíam carteira assinada ganhavam, em média, R\$ 568,50 por mês – acima, portanto, do salário mínimo –, enquanto as que não possuíam tinham rendimento mensal de R\$ 321,10.

No ano de 2009, ainda havia uma grande diferença de remuneração para as trabalhadoras negras e brancas. As negras recebiam em média, R\$364,80 e trabalhadoras brancas, R\$421,60. No entanto, esta diferença é menor para o grupo de trabalhadoras domésticas com carteira assinada, o que reforça a importância da formalização do trabalho doméstico remunerado, bem como da política de valorização do salário mínimo, como estratégias de enfrentamento às desigualdades raciais e de superação da pobreza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho analisou as formas de desigualdade entre homens e mulheres, com ênfase nas desigualdades no mercado de trabalho, mas perpassando também outras formas de desigualdade, como a divisão do trabalho doméstico. Assim, o principal objetivo foi o de reunir elementos que contribuem para pensar a desigualdade e reivindicar a igualdade de tratamento e de condições de desenvolvimento pleno para as mulheres, o que é fundamental para o enraizamento da recente democracia brasileira.

Embora muitas conquistas tenham ocorrido nas últimas décadas, em grande parte devido à luta do movimento feminista pelo fim das desigualdades, mas também por outros desenvolvimentos da sociedade moderna, desigualdades persistem. Com relação às mulheres, destacam-se a conquista de direitos legais, a inserção das mulheres no espaço público, notadamente no mundo do trabalho; alterações na vida privada, como maior autonomia em escolhas afetivas; e o enfraquecimento da hierarquia de gênero nas relações conjugais. No entanto, a mulher continua sendo largamente responsabilizada pelas tarefas do lar e do cuidado com os filhos. Além disso, a desigualdade racial também persistente na sociedade brasileira também contribui para que a situação das mulheres negras seja frequentemente mais precária.

Chama a atenção o fato de que as mulheres que trabalham, e estão fora do campo familiar, possuem uma maior percepção das desigualdades enfrentadas e opiniões favoráveis à igualdade de gênero, mesmo que a divisão sexual do trabalho doméstico continue sendo amplamente dominada pelo padrão tradicional, ou seja, o trabalho remunerado ou produtivo é visto como masculino, e o trabalho reprodutivo ou doméstico ainda é visto como feminino. O que os dados nos apontam é que o caminho para a redução das desigualdades entre homens e mulheres continua sendo o aumento da escolaridade e da renda, pois essas variáveis claramente influenciam positivamente a situação das mulheres, com ganhos de autonomia e mudança de mentalidade.

Podemos concluir que, apesar das mulheres lutarem pela igualdade de gênero e lutarem por direitos iguais, ainda há uma percepção de que *“o trabalho do homem é ganhar dinheiro e o trabalho da mulher é cuidar da casa e da família”*, pois, por muitos anos, predominou a percepção era de que as mulheres pertenciam a uma esfera distinta da do homem.

Assim, se era difícil para as mulheres conseguirem espaços no mercado de trabalho, era ainda mais difícil para as mulheres negras, o preconceito, a falta de oportunidades é muito grande, os piores trabalhos eram desempenhados pelas mulheres negras, pois a origem do trabalho doméstico se remete ao período de escravidão no Brasil.

Dessa forma, o preconceito no Brasil tem gênero e raça. Para combater as desigualdades, são necessárias políticas públicas que contribuam para o crescimento da escolaridade e da renda da população, mas também muita luta e mobilização social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Clara; SCALON, Maria Celi. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. FGV Editora, 2005.

CASTRO, Mary Garcia. **O conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho: notas sobre impasses teóricos**. Caderno CRH, v. 5, n. 17, 1992.

COELHO, Haydée Ribeiro. **Antropologia e História na interlocução entre o feminino e a literatura**. Belo Horizonte, v.4, p.199-209, outubro de 1996.

FEDIUK, Marínea Maria. **Empregadas domésticas: uma revisão da literatura brasileira**. [www. cni. unc. br/psicologia/empregadadomestica2. pdf](http://www.cni.unc.br/psicologia/empregadadomestica2.pdf)>. Acesso em, v. 18, p. 08-09, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GROSSI, Miriam Pillar; SCHENDEILWEIN, Izabela L. & MASSA, Jimena Maria. **“Discriminação tem gênero no Brasil”**. In: Agora é com elas, GVExecutivo.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) [et al.]. **Retrato das desigualdades de gênero e raça** - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p. : il.